

PARECER Nº ²⁰¹⁴, DE 2013

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS,
sobre o Projeto de Lei do Senado nº 335, de 2013,
do Senador Cyro Miranda, que altera a Lei nº
4.769, de 9 de setembro de 1965, que dispõe
sobre o exercício da profissão de Técnico de
Administração, e dá outras providências, para
fixar o piso nacional de salário do
Administrador.

RELATOR: Senador CASILDO MALDANER

Relatore "Adhoc": Senadore Ane Amélia

I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais, o Projeto de Lei do Senado nº 335, de 2013, do Senador Cyro Miranda, que modifica a Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965.

A proposição introduz o art. 3º-A, que estabelece que o piso salarial nacional do administrador passa a ser de R\$ 4.500,00, e que, a partir de 1º de janeiro de 2015 passaria a ser atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além disso, estabelece que o piso definido em lei não se aplicará às pequenas e médias empresas, tais como as definidas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

O Projeto foi lido em 20 de agosto de 2013, sendo remetida a matéria para esta Comissão e para a Comissão de Assuntos Econômicos, a quem caberá a decisão em caráter terminativo. A matéria não recebeu quaisquer emendas até a presente data.

Comissão de Assuntos Sociais
PLS nº 335 de 20 13
Fls. nº 05



SF/14406.72160-34

Página: 1/4 13/02/2014 10:20:06

95e4db720bff6084ead1ad7188ac0a603221bc09

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais manifestar-se, quanto ao mérito, sobre as matérias de competência da União, pelo que adequada e regimental a sua distribuição a esta Comissão.

Não se vislumbra inconstitucionalidade quanto à iniciativa do projeto, uma vez que o Direito do Trabalho é um dos ramos do Direito sobre os quais a União possui competência privativa para legislar, conforme o art. 22, I da Constituição Federal. Ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, da Constituição compete legislar sobre todas as matérias de competência da União. De resto, o tema do Projeto não se encontra no rol de matérias de iniciativa privativa do Presidente da República, arroladas no § 1º do art. 61 da Carta Maior.

A matéria diz respeito à fixação de piso salarial profissional, no caso, o dos administradores (ou técnicos de administração). Em sua justificação o autor se refere à solicitação de entidades de classe daquela categoria no sentido de se garantir piso salarial a seus integrantes.

Argumentam e se referem, igualmente, ao piso salarial de engenheiros, arquitetos, agrônomos, químicos, e médicos veterinários, que adotam como paradigmas.

Em que pese a boa intenção do eminente autor, entendemos que o Projeto não deve prosperar. O estabelecimento de piso salarial para categoria, em nível nacional apresenta grandes dificuldades materiais de implantação.

Um dos motivos é que esse procedimento ignora a realidade de que o mercado de trabalho deve se fundamentar, em princípio, na liberdade de contratação. Isso tem como correlato a relativa flutuação dos salários em função da oferta e demanda de empregos e de trabalhadores para ocupá-los.

Ora, o estabelecimento de um piso nacional de salário teria por corolário, na prática, um excessivo enrijecimento dessa dinâmica de mercado. Não se pode, é claro, se afastar o estabelecimento de um piso salarial para uma determinada categoria, mas ele deve ser adotado não por



Lei, mas pela livre negociação coletiva entre entidades representativas dos trabalhadores e de empregadores.

Apenas essa forma de adoção de piso possui a necessária flexibilidade para que o patamar salarial mínimo observe tanto as condições do mercado de trabalho quanto as peculiaridades regionais. Assim, em condições de grande demanda de trabalhadores, o piso será elevado, ao passo que, em condições de excesso de oferta de empregados, ele tenderá a estacionar.

Além disso, o reajustamento automático do valor do piso consiste em gatilho salarial, cuja adoção deve ser rechaçada em virtude das negativas associações que esse mecanismo possui com o processo hiperinflacionário vivido pelo Brasil em tempos ainda recentes.

Deve ser ressaltado, ainda que o piso salarial dos engenheiros e demais categorias estabelecido na Lei 4.950-A, de 22 de abril de 1966, encontra-se em situação de incerteza jurídica, já tendo sido considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em razão de sua vinculação ao salário mínimo.

Além disso, o estabelecimento de exceção às pequenas e médias empresas evidencia outra das dificuldades de aplicação do projeto, uma vez que a Constituição não alberga a possibilidade de distinção legal entre trabalhadores em razão, unicamente, do tamanho ou faturamento de seus empregadores. Os direitos atribuídos por Lei a uma categoria devem ser estendidos, em princípio, a todos os seus componentes, o que, no caso, poderia representar um peso excessivo para essas empresas.

Finalmente a fixação de pisos salariais foi delegada aos estados e ao distrito federal, nos termos do que dispõe o art. 1º da Lei Complementar nº 103, de 14 de julho de 2000, *verbis*:

Art. 1º Os Estados e o Distrito Federal ficam autorizados a instituir, mediante lei de iniciativa do Poder Executivo, o piso salarial de que trata o inciso V do art. 7º da Constituição Federal para os empregados que não tenham piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho

Assim, desde 2000, o Congresso Nacional não tem mais estabelecido piso salarial mediante lei, uma vez que esta competência foi delegada às Assembleias Legislativas Estaduais e à Câmara Legislativa do



Distrito Federal, que podem melhor parametrizar os efeitos econômicos e sociais desta decisão.

III – VOTO

Do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 335, de 2013.

Sala da Comissão, 26 de fevereiro de 2014

Senador WALDEMIR MOKA
Comissão de Assuntos Sociais, Presidente
Presidente


, Relator



SF/14406.72160-34

Página: 4/4 13/02/2014 10:20:06

95e4db720bfb6084ead1ad7188ac0a603221bc09





SENADO FEDERAL
Comissão de Assuntos Sociais - CAS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 335, de 2013

ASSINAM O PARECER, NA 4ª REUNIÃO, DE 26/02/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka

RELATORA: Senadora Ana Amélia

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)

Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT)
Ana Rita (PT)	4. Wellington Dias (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lídice da Mata (PSB)

Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)

Waldemir Moka (PMDB)	1. VAGO
Roberto Requião (PMDB)	2. VAGO
Casildo Maldaner (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Romero Jucá (PMDB)
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Paulo Davim (PV)	7. Sérgio Petecão (PSD)

Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)

Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)

Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Gim (PTB)	3. VAGO